

SESSÕES DO PLENÁRIO

80ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 12 de setembro de 2023.

**PRESIDENTE: DEPUTADO SAMUEL JUNIOR
(SEGUNDO-SECRETÁRIO)**

À hora regimental, 14h45 , na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Jr, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Eduardo Alencar, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Pablo Roberto, Pancadinha, Patrick Lopes, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (57)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Passo a fazer a leitura do expediente despachado, pela Presidência, em 12/09/2023.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Deputada Cláudia Oliveira comunicando que, devido às audiências que tivera em Brasília - na ANIT, com o Ministro do Turismo e na Comissão de Viação e Transporte da Câmara dos Deputados, esteve ausente nas Sessões dos dias 29, 30 e 31/08/2023.

Da Deputada Neusa Cadore comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar nos Municípios de Seabra e Itaberaba, esteve ausente nas Sessões dos dias 30 e 31/08/2023.

Do Deputado Hassan comunicando que, em virtude de estar cumprindo agenda na ANIT em Brasília, esteve ausente na Sessão do dia 29/08/2023.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Esses são os expedientes despachados pela Presidência.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra o deputado Paulo Rangel. (Silêncio) Não está aí.

Com a palavra o deputado Hilton Coelho. (Silêncio) Ele não está aqui.

Com a palavra o deputado Hassan. (Silêncio) Este, também, não está presente.

Com a palavra o deputado Raimundinho da JR. (Silêncio) Ele não se encontra presente.

Com a palavra o deputado Vitor Bonfim. (Silêncio) Ele não se encontra presente.

Com a palavra o deputado Alan Sanches. (Silêncio) Ele não se encontra presente.

Com a palavra o deputado Manuel Rocha. V. Ex.^a dispõe de até 5 minutos, deputado.

O Sr. MANUEL ROCHA: Presidente Samuel, Sr.^{as} e Srs. Deputados, venho, mais uma vez, à tribuna para dar conhecimento a esta Casa sobre mais uma audiência pública realizada, hoje, na Comissão de Agricultura e Política Rural, da ALBA. Esta comissão, graças aos nossos pares, tem sido muito atuante e tem discutido temas dos interesses da agricultura e pecuária no estado da Bahia.

E, hoje, em uma audiência pública, proposta pela deputada Cláudia Oliveira, discutimos sobre a baixa produtividade da mandiocultura em nosso estado. A Bahia é o sexto lugar em produção de mandioca no país, e tem baixa produtividade. Fizemos um grande debate técnico para discutir os gargalos que levam a essa baixa produtividade.

Recebemos técnicos da Embrapa, produtores da agricultura familiar, presidente da Associação Brasileira de Produtores de Amido de Mandioca. Pudemos constatar que um dos grandes motivos da baixa produtividade, na produção da mandioca, em nosso estado, se dá pela pouca ou ineficiente assistência técnica aos produtores rurais.

Por isso, precisamos cobrar do governo do estado para ele poder fornecer as assistências e capacitação técnicas e a disponibilização de informação para que os nossos produtores rurais possam aumentar a produtividade desse produto tão importante para a alimentação de todo o país. Lá, pudemos contar a presença de Jeandro Ribeiro, diretor-presidente da CAR-BA, na qualidade de representante do governo do estado. Assim, ele pôde tomar conhecimento de tudo o que foi tratado nesta audiência pública.

Então, mais uma vez, a Comissão de Agricultura está cumprindo o seu papel ao discutir temas importantes para a agricultura familiar e para a agricultura do nosso estado. Seguiremos, assim, até o final do nosso mandato, nessa comissão, à qual tenho a honra de presidir.

A Comissão de Agricultura não se furtará de discutir nenhum dos temas de interesse do agronegócio e da agricultura familiar do nosso estado.

Era isso o que eu tinha a falar, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

(O deputado Adolfo Menezes assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, nós subimos a esta tribuna para marcar uma vitória muito importante da educação do Brasil. Foi reconhecida a constitucionalidade, ou seja, não existe mais possibilidade de estados e municípios negarem o direito ao piso da educação.

Este reconhecimento foi definindo através de decisão do STF que, agora, não deixa dúvidas sobre o assunto. Vejam, os estados e municípios estavam, sempre, apelando para uma possível inconstitucionalidade em relação a questões centrais no piso como, por exemplo, a referência que se tem do piso relacionado ao reajuste do salário-base. Ou seja, a grande parte das prefeituras da Bahia, incluindo Salvador, e o governo do estado, em alguma medida, particularmente, permanecem fora da lei.

Agora, não tem mais discussão sobre isso. Quanto à decisão do STF, essa não deixa dúvida de que a prefeitura deveria vir reajustando o salário-base da categoria, que acumula uma perda enorme. Bem, uma parte dos professores não está recebendo o piro. Uma outra parte não teve os seus salários reajustados, de acordo e em relação com a carreira municipal.

Por isso, mais uma vez, nós dizemos que os entes devem respeitar o piso da educação e o seu referido pagamento. Mais do que nunca, não existe dúvida sobre a legalidade disso. Portanto, estados e municípios estão sem fazer o devido pagamento, como deveria estar sendo feito. Logo, eles estão à margem da lei!

Respeitem o piso e a lei!

Paguem o piso!

Nós queremos registrar também, Sr. Presidente, que, hoje, nós participamos do movimento Defesa dos Centros de Parto Normal e das Enfermeiras Obstétricas e Obstetizes. Há um centro que funciona na Mansão do Caminho e que tem toda uma história, sendo referência, inclusive. Este é o primeiro centro que trabalha, exclusivamente, com partos normais.

Há os relatos das mulheres que passaram pela referida instituição e utilizaram o serviço do centro. Realmente, são relatos emocionantes que estão no caminho dessa afirmação do parto humanizado, ou seja, com o mínimo ou sem sofrimento. Há dados impressionantes como a mortalidade zero das mulheres que passaram por esse tipo de parto e por essa experiência. Nós temos uma situação, hoje, em que a Mansão do Caminho pode, a partir de 21 de setembro, simplesmente, suspender o funcionamento do centro. Isso está relacionado a um prazo dado, numa suposta discussão.

Mas, nessa discussão com a sociedade, com as usuárias e com os próprios profissionais, o corpo técnico do centro não foi envolvido nesse debate. No último período, pelo menos, as instituições, envolvidas com essa discussão, foram o Ministério Público, a própria Mansão do Caminho e a representação das secretarias estaduais e municipais.

Então, aquelas que são as usuárias, aquelas que estão lutando, aquelas que passaram pelo centro, essas sabem o significado dele, e estão lutando para que ele permaneça funcionando. O corpo técnico tão especializado, tão respeitado nacionalmente, também, não está sendo ouvido nas discussões.

E agora nós nos deparamos com esse prazo que é uma verdadeira bomba para se pensar no combate à violência obstétrica, nos problemas que existem em relação à humanização dos partos.

Por isso, nós queremos aqui, primeiro, apelar à Mansão do Caminho, nós sabemos que é uma entidade filantrópica, mas não se pode deixar a população simplesmente à mercê da suspensão desse serviço. É preciso botar, a nosso ver, a mão na consciência, é uma questão ética não fazer essa suspensão de maneira imediata.

Por outro lado, é preciso que o governo do estado...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a Prefeitura de Salvador...

Para concluir, Sr. Presidente.

(...) e o Ministério Público estejam envolvidos no debate para solucionar esse problema. Por exemplo, eu acho que o governo do estado poderia assumir o gasto, que está avaliado entre R\$ 1 e R\$ 4 milhões anualmente. É um gasto, para quem sabe o que é o gasto na saúde, relativamente baixo. Por que não manter o funcionamento do centro?...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Por que não garantir uma estrutura que seja estatal para o funcionamento desse centro? Esse é o debate que nós vamos ter que fazer a médio e longo prazo. Mas, de maneira imediata, é preciso que a Mansão do Caminho tenha uma postura solidária, esse é o fundamento do trabalho que eles fazem, e não suspenda o funcionamento de forma abrupta e, a meu ver, violenta com a população.

Para concluir, Sr. Presidente, na próxima quinta-feira, certamente pela manhã, às 9 horas, nós teremos, no Centro Cultural da Câmara de Vereadores, a realização de uma grande audiência pública levada à frente pela companheira Laina Crisóstomo, vereadora do Psol naquela casa,...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: (...) com a participação, deputado Pablo... Nós queríamos aqui solicitar a participação formal da nossa Comissão de Direitos Humanos nesse grande debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. VITOR BONFIM: Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados que estão conosco na tarde de hoje acompanhando esta sessão legislativa, eu quero iniciar a minha fala saudando e me solidarizando com a Polícia Militar da Bahia e com a Polícia Civil da Bahia, que têm se empenhado muito para poder fazer o enfrentamento ao crime em nosso estado. Saúdo e me solidarizo com os valorosos homens e mulheres que compõem o efetivo da Polícia Militar no estado da Bahia na figura do nosso tenente-coronel Paulo Coutinho, que comanda a tropa no nosso estado.

O estado da Bahia tem respondido com a firmeza necessária à chegada, ao nosso estado, de associações criminosas vindas, em especial, do Sudeste do país e tem feito esse trabalho de combater a fixação dessas organizações aqui no nosso estado, sobretudo na região metropolitana. A Polícia Civil, juntamente com a Polícia Militar –

Polícia Civil conduzida, no estado, pela nossa delegada-chefe, Dr.^a Heloísa –, também tem feito um bom trabalho.

O governador Jerônimo Rodrigues, com o secretário Marcelo, exerce esse trabalho de reformular a estrutura da Polícia Militar, e nós votamos aqui uma lei ampliando o número de batalhões, ampliando o número de companhias independentes, fazendo uma reestruturação da Polícia Militar no estado da Bahia.

As delegacias e os complexos de base da Polícia Militar têm sido inaugurados pelo governador, entregas de viaturas foram feitas nessa semana. Na segunda-feira pela manhã, mais de 150 novas viaturas foram entregues à Polícia Militar do nosso estado.

Isso mostra a seriedade e a importância que o governo da Bahia dá ao combate à criminalidade. Obviamente que isso não é uma tarefa fácil, não é de um dia e de uma hora para outra que a gente vai conseguir resolver esse problema, até porque tem uma série de outros fatores envolvidos nisso, desde questões sociais, questões econômicas e, presidente Adolfo, a necessidade de a Câmara e o Senado avançarem na nossa legislação.

Na minha opinião, a boa tentativa da audiência de custódia feita lá atrás, infelizmente, na prática, ela não mostrou e não trouxe os resultados pretendidos. Então, é preciso que a gente aprofunde essa discussão também junto à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal para que se mude a nossa legislação penal, a Lei de Execuções Penais, para que a gente possa fazer um efetivo combate à criminalidade no nosso país.

É preciso que essas organizações sejam asfixiadas do ponto de vista financeiro, ou seja, que o dinheiro, os milhões e os milhares de centenas de reais que essas organizações movimentam... As nossas instituições bancárias são as mais eficientes do mundo, são várias coisas que existem tão somente no Brasil, desde a compensação até o Pix, e tantas outras inovações. É preciso que haja essa atenção também da Febraban para ajudar no combate à lavagem de dinheiro por parte dessas organizações criminosas.

E o estado da Bahia, quero deixar registrado aqui, vem fazendo a sua parte não só com o efetivo da Polícia Militar, da Polícia Civil, com a estruturação, como eu disse, da tropa e a entrega de viaturas, mas também com o trabalho na parte social, na parte educacional. Novas escolas de tempo integral estão sendo entregues para que os nossos jovens possam ter opções e um local adequado e seguro para ficar.

Mas é preciso que os prefeitos municipais, meu querido professor e ex-prefeito de Vitória da Conquista, Zé Raimundo, tenham também a sensibilidade de implantar o ensino de tempo integral nos seus municípios.

O governo federal, o ministro Camilo e o presidente Lula, já tem estimulado... O ministro Camilo esteve lá no município de Feira de Santana fazendo o lançamento do Programa Escola em Tempo Integral, então é preciso também que os prefeitos se sensibilizem e implantem no município o ensino em tempo integral para que os nossos jovens possam ficar afastados do assédio dessas organizações criminosas.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e boa tarde a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Alan. Deputado Alan, vai falar?

(O deputado Alan Sanches se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vai falar depois.

Deputado Pedro. (Silêncio)

Então, com a palavra o deputado Pablo. Marcinho está falando demais.

O Sr. PABLO ROBERTO: Boa tarde, Srs. Deputados, imprensa, pessoas que nos acompanham através dos nossos canais.

Eu quero, caro Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, falar aqui com relação a uma fala do líder do Governo ontem, aqui, quando ele fez algumas considerações no que diz respeito ao tema segurança pública. Dizer que nós, da Comissão de Segurança, temos tido, caro deputado Zé Raimundo, um posicionamento muito correto, ético e com o objetivo, de fato, de ajudar ao governo do estado a fazer um debate à altura do povo baiano no que diz respeito a toda essa onda de insegurança e de violência que nós estamos assistindo.

Então, quando o deputado Rosemberg vem a esta tribuna para falar que o secretário da Segurança Pública, o Sr. Marcelo Werner... O secretário foi convidado a vir à comissão, aceitou o convite, mandou ofício, informando que estaria presente na comissão e no dia o mesmo não compareceu. Por conta desse comportamento, a comissão decidiu que faria a convocação do secretário. A convocação foi feita. Também ocorreu uma movimentação nos assentos das representações da comissão, proporcionada pelo líder do Governo. Mudou-se a composição e aprovou-se a desconvocação do secretário.

Então, se há alguém que se tem furtado a fazer debate, a se apresentar a esta Casa, se tem alguém que tenha agido com cada um dos deputados que fazem parte dessa legislatura com completo descaso, com completa falta de respeito, tem sido o governo do estado por parte da Secretaria da Segurança Pública.

Então, eu quero colocar isso aqui, porque, da forma que foi colocada ontem pelo líder do Governo, ficou parecendo que esta Casa, a comissão, não quer fazer um debate correto, tranquilo e bastante ético.

Com relação ainda ao que o deputado colocou aqui, falando do pedido de intervenção federal que foi feito ao governo federal, foi feito, sim, um pedido de intervenção, não uma intervenção federal no que diz respeito a colocar tropas nas ruas da Bahia de qualquer forma, não foi isso. Nós fizemos um pedido de intervenção federal para que o governo federal pudesse colocar recursos à disposição do estado da Bahia, pudesse colocar à disposição do governo do estado da Bahia tecnologia, ferramentas que pudessem ajudar. O que foi feito.

Embora o governo do estado não queira reconhecer que a intervenção federal já aconteceu, ela já aconteceu porque houve aqui, recentemente, uma reunião na Superintendência da Polícia Federal, quando a Polícia Federal começou a fazer intervenções junto à polícia estadual. Já aconteceu a intervenção federal aqui quando o Ministério da Justiça transferiu recursos para que a Polícia Civil pudesse fazer investigações, potencializar os serviços de rua, que estavam tendo dificuldades para acontecer. Já aconteceu a intervenção federal quando, no dia de ontem, por uma orientação e determinação do governo federal, aconteceram ações policiais em Feira de Santana, Camaçari e Salvador. Então, o governo do estado precisa, sobretudo, ter a humildade de reconhecer que o momento é um momento muito delicado, muito triste e que as ajudas, todas elas, são bem-vindas.

Então, essa conversa de que, agora, o governo do estado decidiu, orientou, resolveu fazer, eu acho que já passou da hora, já passou do momento do governo do estado, através da Secretaria da Segurança Pública, com a sua Polícia Militar, que nós reconhecemos o seu papel...Ninguém está aqui para criticar a Polícia Militar, para criticar a Polícia Civil. Nós reconhecemos o valoroso e valioso trabalho que cada uma dessas forças tem realizado, mas também todos nós sabemos, aqui, perfeitamente...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que só a Polícia Militar, que só a Polícia Civil não tem conseguido dar as respostas necessárias que a Bahia precisa. Então, por conta disso, eu acho que precisa ter a sensibilidade, a humildade de reconhecer o momento crítico.

O governador do estado teve um posicionamento nesta semana que, em minha avaliação, é um posicionamento correto quando diz que o governo já está analisando a possibilidade do retorno do Pacto pela Vida, que foi...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) um programa de governo - para concluir, Sr. Presidente – que aconteceu a partir de 2011 e trouxe muitos resultados.

Então, são ações como essas que nós queremos que aconteçam, que voltem a acontecer para que o povo baiano possa sair dessa onda de insegurança e de tanta violência a que todos nós estamos submetidos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, deputado Alan, deputado Marcinho, deputado Manuel, a diretoria do Instituto Pedro Mello está entregando as carteiras aqui, no cafezinho. Quem puder... as carteiras dos deputados, carteiras de identidade. Já recebi.

Eu vou deixar também, Srs. Deputados, daqui a pouco, espero, logo após o Pequeno Expediente... Para que eu explique a V. Ex.^{as}, nós temos servidores entregando algumas cartilhas com algumas ações que nós tomamos aqui, em nossa Casa, para tentar elevar a nossa Assembleia entre as mais bem avaliadas no item da transparência, professor Zé Raimundo, na avaliação, que a gente espera, do próximo ano.

Já tomamos algumas posições no passado, já ficamos numa boa posição, mas a gente espera galgar as primeiras posições. Então, assim que o Plenário... Espero que tenha mais deputados, porque eu vou falar um pouco a respeito dessas medidas que nós tomamos. E, aqui, há servidores, aos quais eu aproveito para agradecer, que estão entregando as cartilhas aos Srs. Deputados, aos servidores todos da Casa, para verem como funcionam essas novas medidas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Marcinho Oliveira.

O Sr. MARCINHO OLIVEIRA: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas presentes, saudar a todos da imprensa, na galeria, a todos os servidores.

Sr. Presidente, nesse final de semana prolongado também tive a oportunidade de fazer o que eu gosto, que é rodar pela nossa Bahia, visitar os quatro cantos do nosso estado, estar próximo das nossas lideranças. E foi assim que eu passei pelo município de Serrinha para acompanhar a tradicional vaquejada daquela cidade, que é um destaque nacional. É uma festa privada, mas que teve também a participação da

prefeitura organizando a cidade, organizando o tráfego, organizando as praças, uma cidade bastante organizada. Quero parabenizar o prefeito Adriano Lima, por receber tão bem os turistas naquela cidade.

E tive a oportunidade de participar de um dos maiores festivais do estado da Bahia, que é o Festival das Esmeraldas, deputado Vitor Azevedo, na cidade de Campo Formoso, terra do presidente Adolfo, local em que fui recebido pelo prefeito Elmo, pelo deputado federal Elmar Nascimento e pelo nosso colega, deputado Júnior Nascimento. A gente viu uma festa bastante organizada, com atrações de nível nacional, para as quais foi montada uma superestrutura. Com certeza, o Festival das Esmeraldas se destaca como uma das principais festas do interior da Bahia, um dos principais festivais, e desejo que aconteça por muitos anos. A gente viu, lá, muitas pessoas vendendo joias, movimentando o hotel, os restaurantes. Então parabéns ao prefeito Elmo Nascimento.

Eu tive a oportunidade, também, de participar de um dos maiores eventos do estado da Bahia: a Copa Vela, da cidade de Paulo Afonso. Eu quero, aqui, abraçar o meu querido vice-prefeito, o amigo Marcondes Francisco, que preparou uma festa diferente. A Copa Vela ficou sem acontecer durante 3 anos, mas, neste ano, Marcondes se destacou, organizando uma superestrutura.

O vice-prefeito Marcondes é o prefeito em exercício, substituindo o prefeito Luiz de Deus, que está acamado, se recuperando. Mas a gente vê, hoje, Marcondes conservando tudo o que tem de melhor na administração do prefeito Luiz e vem aprimorando e melhorando cada vez mais com seu jeito de governar, principalmente, ouvindo as pessoas. Então é uma festa tradicional com uma superestrutura. Quero parabenizar a todos.

Lá, tive a oportunidade de estar com o presidente da câmara, Zé de Abel, com os nossos amigos vereadores, Jailson Oliveira e Leco, e, enfim, com muitos e muitos amigos que lá estavam.

Mas, Sr. Presidente, o que chamou atenção, lá, foi como a criminalidade existe hoje e está nos quatro cantos dos municípios, deputado Penalva, e eu fiz questão de apresentar uma moção de aplausos parabenizando o tenente-coronel Sena, comandante do 20º Batalhão de Polícia Militar, localizado em Paulo Afonso, que fez um trabalho diferenciado.

No primeiro dia, aconteceram vários assaltos e vários arrastões, com o pessoal jogando gás e spray de pimenta para poder assaltar os foliões, mas o tenente-coronel foi para cima e colocou o poder da polícia e também a força na parte da investigação.

Muitos aqui batem na segurança pública, fala-se que realmente está um caos, porque, de fato, existem muitas situações que precisam ser melhoradas. Mas, em Paulo Afonso, tenente-coronel Sena, só temos que parabenizar a sua ação, da qual resultou a prisão de 18 marginais...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que estavam fazendo arruaças e roubando as pessoas.

Então prepararam a cidade com uma superestrutura, com uma super segurança e o tenente-coronel Sena está de parabéns! Nesta Casa, foi apresentada a moção de aplausos e quero que se registre nos Anais da Casa, para que fique esse gesto de parabéns ao 20º Batalhão de Polícia Militar de Paulo Afonso, na pessoa do tenente-coronel Sena.

Um abraço.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo Fontes (fora do microfone): Não. Pode chamar o próximo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Leandro. Não vai falar.

O deputado Laerte do Vando também não vai falar...

Então não há mais oradores...

O Sr. Penalva: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Penalva vai falar?

O Sr. Penalva: Por favor, Sr. Presidente, peço verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Só pode pedir verificação de quórum depois de terminar o Pequeno Expediente. Faltam 15 minutos.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Como não há mais oradores...

O Sr. Alan Sanches: É, como não há mais oradores presentes ou inscritos, eu quero convocar a Bancada do Governo para ver se vão querer continuar a sessão, porque só estou vendo aqui um representante, o vice-presidente da Casa, o deputado Zé Raimundo, e a bancada governista tem 43 deputados.

Por isso, tanto eu quanto o deputado Vitor Azevedo, estamos aqui...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Visivelmente, como não há...

O Sr. Alan Sanches: Começaram a aparecer. São três, com Laerte...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Como não há nenhum orador no Pequeno Expediente e não existe quórum para continuidade da sessão, declaro-a encerrada.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Dr. Diego Castro, Eduardo Salles, Júnior Muniz, Ludmilla Fiscina, Olivia Santana e Tiago Correia. (06)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.